

# **ACESSO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BELÉM: O PÚBLICO E O PRIVADO EM QUESTÃO**

Vera Lucia Jacob **Chaves** (UFPA)  
Arlete Maria Monte de **Camargo** (UFPA)

Este trabalho tem por finalidade apresentar resultados da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior da UFPA que teve como objetivo principal analisar a política de expansão do ensino superior implementada no município de Belém-Pará pela via do público e do privado. No desenvolvimento do estudo investigativo buscamos respostas as seguintes questões básicas: a) como se caracteriza o processo de expansão do ensino superior em Belém quanto a natureza das instituições e o tipo de cursos? b) que fatores têm contribuído para a expansão do ensino superior no município de Belém no período de 1990 a 2001? Por meio de uma metodologia “quanti-qualitativa” foram coletados dados junto às Instituições de Ensino Superior do município de Belém, públicas e privadas. Os resultados do estudo apontaram que a expansão do ensino superior no município de Belém, tanto da oferta como da matrícula, acentuou-se a partir do ano de 1995 e, mesmo ocorrendo nas instituições públicas e privadas, destaca-se, o crescimento majoritário do setor privado através da criação de estabelecimentos isolados, principalmente nos anos de 2000 e 2001.

Palavras-chaves: Política educacional; expansão do ensino superior; privatização da educação.

## **Introdução**

Este trabalho tem por finalidade apresentar resultados da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior da UFPA que teve como objetivo principal analisar a política de expansão do ensino superior, definida pelo governo federal e implementada no município de Belém-Pará pela via do público e do privado.

Estudos realizados no campo das políticas sobre educação superior no Brasil têm destacado a privatização do ensino superior como parte de uma política expansionista

adotada pelo Estado, sobretudo a partir de 1964. Essa política de expansão de cunho predominantemente privado materializou-se, principalmente, através da criação de estabelecimentos isolados de ensino superior. Diante disso, interessou-nos questionar como esse fenômeno vem ocorrendo no município de Belém, que concentra o maior número de instituições desse nível de ensino no estado, no período de 1990 a 2001.

Por meio de uma metodologia “quanti-qualitativa” foram coletados e analisados dados junto às Instituições de Ensino Superior do município de Belém, públicas e privadas. Analisamos, também, documentos escritos sobre a reforma do Estado para a educação superior; a política de expansão do ensino superior no Brasil e informações estatísticas referentes a situação da educação superior no Brasil e no município de Belém.

No desenvolvimento do estudo investigativo buscamos respostas as seguintes questões básicas: a) como se caracteriza o processo de expansão do ensino superior em Belém quanto a natureza das instituições e o tipo de cursos? b) que fatores têm contribuído para a expansão do ensino superior no município de Belém no período de 1990 a 2001?

Para melhor compreensão o texto apresenta a estrutura a seguir: iniciamos com uma reflexão sobre a reforma do Estado para a educação superior e seus reflexos para a expansão/mercantilização desse nível de ensino no Brasil. Em seguida, apresentamos dados relativos a expansão desse nível de ensino no município de Belém quanto aos seguintes aspectos: natureza das IES, tipos de curso, oferta de vaga e matrícula efetiva. Finalmente, nas considerações finais, ao denunciarmos que a política de expansão do ensino superior é excludente por ter sido marcada pelo viés da mercantilização, indicamos possibilidades de solução por meio do desenvolvimento de uma política que vise a inclusão social de todos os que necessitam ter acesso a esse nível de escolaridade.

## **2. A Política de expansão do ensino superior no Brasil**

A Crise mundial do Estado capitalista iniciada nos anos 70 trouxe como resultado a falência do Estado-providência o que determinou a imposição de um conjunto de reformas orientadas pela busca da redução de custos no gasto com as políticas sociais atingindo diretamente as políticas educacionais. Os efeitos dessas políticas no Brasil têm sido drásticos na medida em que a situação educacional do país é crítica já que ainda não conseguiu atender à demanda populacional pela educação básica

e superior. Como resultado dessa política, que vem sendo desenvolvida no Brasil desde o início da década de 90, acentuou-se a crise na educação superior.

Estudos têm apontado que essa crise é causada tanto pelo não atendimento da demanda crescente para esse nível de ensino como pela falta de verbas para financiar o crescimento do ensino superior público. Destacam, ainda, que a política de cunho expansionista adotada pelo Estado, sobretudo a partir de 1964, contribuiu para a privatização do ensino superior brasileiro<sup>1</sup>. Segundo CUNHA (1989a), essa política materializa-se tanto na privatização do ensino superior público, como na participação estatal na manutenção do ensino privado através de subsídios estatais diretos e indiretos, via bolsas de estudos e da isenção fiscal<sup>2</sup>.

Para FONSECA (1992), as modificações ocorridas nos campos político e econômico, no pós-64, têm como conseqüência a implementação de um projeto de desenvolvimento baseado no capital externo. Para dar sustentação a tal projeto foi definida uma política educacional que pudesse assegurar a dominação, o controle social, e, ao mesmo tempo, garantisse a formação de mão-de-obra para o setor produtivo, sem a utilização de grandes recursos públicos. Nesse sentido, tornou-se necessário desenvolver uma política de expansão do ensino superior pela via da privatização, aliviando o Estado de grandes investimentos em educação.

No contexto da Reforma Universitária de 68, imposta pelo regime militar, a política de expansão propiciou ampla liberdade de atuação do setor privado transformando a educação superior em negócio altamente rentável.

Essa política de expansão de cunho predominantemente privado materializou-se, principalmente, através de estabelecimentos isolados de ensino superior. Sobre essa questão, FÁVERO chama atenção para o acelerado processo de privatização do ensino superior no Brasil através do “crescimento desordenado e até estimulado de universidades e, sobretudo, de escolas isoladas (...). É também no interior da rede particular que predominam as faculdades isoladas, responsáveis por 69% de suas matrículas no ensino superior”.(1989, p.42-43).

---

1 Sobre esse assunto destacamos os seguintes estudos: Cunha, 1985, 1986, 1989a, 1989b, 1999; Fávero, 1989; Martins, 1988, 1991, 1997; Fonseca, 1992; Dourado, 1997, 2001; Sguissardi, 1993; Silva Júnior & Sguissardi, 1999; Trindade, 1999.

2 Bobbio ao discutir a relação entre público e privado afirma que “os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos” (1990, p.27).

MENEGHEL (2002) ressalta que a política de expansão implementada pelos governos militares favoreceu o crescimento acelerado de Instituições de Ensino Superior privadas, especialmente por meio da liberação de verbas para a criação de escolas superiores isoladas, contrariando “a regra estabelecida pela reforma de que o ensino deveria ser realizado **excepcionalmente** em escolas isoladas” (grifo nosso). Destaca, ainda, que como resultado dessa política, em apenas uma década (1968 a 1978), o aumento no número de vagas cresceu quase cinco vezes mais.

As instituições de ensino superior que foram criadas para atender a essa política de expansão, configuraram um “novo” ensino superior privado, distinto dos estabelecimentos existentes até então, que eram basicamente mantidos pelas universidades confessionais, principalmente as católicas e, não se caracterizavam como empresas capitalistas. De acordo com MARTINS, “as novas instituições privadas, surgidas na década de setenta, passariam a organizar as suas atividades acadêmicas objetivando de forma prioritária a obtenção do lucro e da acumulação do capital”. (1988, p.39)

BRAGA E TRAMONTIN (1991) ressaltam que diferentemente das décadas de 60 e 70 o processo de expansão do ensino superior sofreu uma retração na década de 80. Os motivos que teriam contribuído para tal retração seriam: a redução dos investimentos de recursos financeiros do governo no setor; política de contenção de cursos; retração do mercado de trabalho; e a nova filosofia liberal, limitando a intervenção do Estado e da burocracia estatal.

Com o fim da ditadura militar e o advento da Nova República o discurso governamental de “democratização do Estado” enfatizava a necessidade de redefinir o papel do Estado. Para tanto, assume relevância a discussão sobre a necessidade da reestruturação do ensino superior tendo sido criadas a Comissão de Alto Nível (1985) e o Grupo Executivo de Reformulação da Educação Superior/GERES (1986) para elaborar projetos de reforma para o setor.

Apesar da Constituição de 1988 não ter incorporado as propostas elaboradas pelas duas comissões, o Artigo 209 da Constituição Federal define que “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas... (o) ...cumprimento das normas gerais da educação nacional... (...) ...autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Assim, fica explícito o favorecimento à privatização da educação com vistas a reduzir o papel do Estado nos custos e investimentos para a educação.

No início da década de 1990, com o Governo Collor, eleito em 1991 com o discurso da necessidade de “modernizar o país”, foi iniciada a reforma neoliberal sendo efetivamente implementada nos governos de Fernando Henrique Cardoso. A reforma do ensino superior, comandada pelo Ministro da Educação, favoreceu a redução da esfera pública e ampliação da esfera privada de forma acentuada.

Um dos pilares da reforma imposta para a educação superior foi o financiamento dos recursos destinados a manutenção desse nível de ensino . De acordo com a Constituição Federal do Brasil, cabe à União a responsabilidade de aplicar na educação nunca menos de dezoito por cento, e aos Estados e Municípios no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante dos impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, CF/88, art.211). Estudos<sup>3</sup>, no entanto, têm apontado que o governo, nos últimos anos tem desenvolvido uma política de redução drástica de verbas para as Instituições Públicas de Ensino Superior o que tem contribuído para o crescimento do setor privado e acentuado a crise do setor público.

Na ótica dos governos de Fernando Henrique Cardoso, no entanto, a crise do Ensino Superior foi causada pelo elitismo que marca a história da universidade brasileira e pelo modelo de universidade de pesquisa que por ser caro torna-se insustentável pelo poder público. Os outros fatores que oficialmente explicariam a crise da educação superior seriam: o mau gerenciamento dos recursos públicos; a unidade salarial e de carreira dos docentes e técnico-administrativos das IES públicas; a isonomia salarial, entre ativos e aposentados; a baixa relação docente/aluno e excessivamente alto o custo/aluno.

Dessa forma o governo federal implementou reformas com vistas a reduzir a presença do Estado no campo educacional, seguindo as recomendações do Banco Mundial que, explicitamente, defende o atendimento ao ensino básico, pelo Estado, deixando os demais níveis para a iniciativa privada. O marco de referência dessas reformas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96), na qual o Estado assume papel destacado no controle e na gestão das políticas educacionais.

No Plano Nacional de Educação, elaborado em 1998 e aprovado pela Lei n.º 10.172, de 09/01/2001, o governo reconhecia a necessidade de expansão do ensino

---

<sup>3</sup> Dentre esses estudos merecem destaque: Amaral (1998), Silva Júnior e Sguissardi (1999), Helene, Matsushigue (2002)

superior no país, mas, defendia que essa devia ser feita com a “*racionalização dos gastos e diversificação do sistema*” além, é claro, da contribuição valiosa das instituições privadas. A meta a ser atingida em dez anos é a do atendimento de 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, sendo sugerido que o setor público tenha uma expansão de vagas que mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total.

De acordo com esse plano, a expansão dependerá, de uma racionalização no uso dos recursos que diminua o gasto por aluno nos estabelecimentos públicos, da criação de estabelecimentos voltados mais para o ensino que para a pesquisa, da ampliação do ensino pós-médio e do estabelecimento de parcerias entre União, Estados e instituições comunitárias, para ampliar, substancialmente, as vagas existentes (Plano Nacional de Educação, 1998, p.52).

Reconhece ainda o governo que existe uma distribuição de vagas muito desigual por região e que essa desigualdade resulta da concentração de matrículas em instituições particulares nas regiões mais desenvolvidas do país. Para diminuir as desigualdades de oferta que existem nas diferentes regiões do país, é proposta a ampliação da oferta de ensino superior público na mesma proporção atual por meio de parcerias com governos estaduais. Propõe, também, uma série de metas que deverão contribuir para a expansão desse nível de ensino devendo ocorrer através da: diversificação do sistema de ensino superior favorecendo a valorização de estabelecimentos não universitários, oferta de cursos sequenciais, cursos modulares e programas de educação à distância que permitam maior flexibilidade na formação com a oferta de certificados, concessão de crédito com recursos públicos associados a contrapartidas oferecidas pelas instituições beneficiadas, com recursos próprios ou através de convênios com instituições financeiras, dentre outras.<sup>4</sup>

Ao analisarmos os dados oficiais sobre o ensino superior brasileiro observa-se que, a predominância do setor privado, tanto em relação ao número de alunos atendidos, como ao número de instituições é uma característica do quadro atual desse nível de ensino. Caso sejam implementadas as metas definidas no Plano Nacional de Educação a tendência será a de expandir ainda mais a privatização acentuando a exclusão da maioria da população do acesso a educação superior, especialmente, do setor público.

De acordo com o Censo do Ensino Superior (MEC/INEP), em 30/06, do ano de 2001, foram registradas 3.030.754 matrículas em cursos de graduação presenciais,

---

<sup>4</sup> Essas metas se encontram no PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO elaborado pelo MEC/INEP-1998.

sendo que destas 939.225 em IES públicas e 2.091.529 em IES privadas, o que corresponde a 30,98% e 69,01% do total de matrículas registradas respectivamente. Em relação ao número de instituições de ensino superior, estas totalizam 1391, sendo que 183 são IES públicas e 1208 IES privadas, o que indica um percentual de 86,84% de IES privadas em todo o país. Segundo ainda dados divulgados pelo referido censo foram registrados 12.155 cursos de graduação presenciais, sendo 4.401 ofertados por IES públicas e 7.754 cursos ofertados por IES privadas, correspondendo a 36,20 e 63,79 % respectivamente da oferta em todo o Brasil.

Outra característica do ensino superior brasileiro reside na diversificação das instituições de ensino superior, principalmente do privado. Das 1391 IES existentes em 2001, 156 eram universidades, 66 centros universitários, 99 faculdades integradas, 1036 estabelecimentos isolados (faculdades, escolas e institutos) e 34 centros de educação tecnológica.

No período de 1994 a 1999 verificou-se um crescimento na matrícula da ordem de 43,15%, em todo o Brasil. Esse crescimento, entretanto, mal cobriu 50% da demanda. No ano de 1999, 1,5 milhão de alunos estavam em condições de concluir o ensino médio e as IES públicas e privadas ofereceram juntas, apenas 776 mil vagas<sup>5</sup>. Em relação à região Norte nesse mesmo período, houve um crescimento total de 46,93%, sendo que no setor público houve um crescimento de 24,57% nas instituições públicas de ensino superior e de 119,10% nas IES privadas.

Apesar do crescimento evidenciado, segundo dados da UNESCO, apenas 13% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos está matriculada no nível superior, caracterizando-se assim por um baixo percentual de atendimento a estudantes nessa faixa etária, se considerarmos países como o Canadá, que registra matrícula em 100% dessa faixa etária de 18 a 24 anos (Apud Diniz e Guerra, 2000:36)

Os dados evidenciam que a política para a educação superior, implementada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, incentivou a ampliação da oferta desse nível de ensino com a redução dos custos e o privilegiamento da mercantilização do mesmo, seja através do crescimento de IES privadas com fins exclusivamente lucrativos ou da abertura das IES públicas para o mercado. Tal política, alavancou o sucateamento das universidades públicas federais, ameaçando o seu caráter público e democrático, e comprometendo a qualidade do ensino – principalmente na graduação, mas também na

---

<sup>5</sup> Dados extraídos da Folha de São Paulo – 13/05/99.

extensão e na pesquisa. Como consequência favoreceu o crescimento do setor privado na oferta desse nível de ensino, transformando os espaços públicos democráticos de direitos em espaços privados submetidos a lógica capitalista.

### **3. A Expansão/mercantilização do ensino superior no município de Belém-Pará**

A partir dessas reflexões e analisando a situação do ensino superior no Estado do Pará, observamos que esse vem passando por um processo de expansão gradativa desde meados da década de 80.

No Censo do Ensino Superior (MEC/INEP), foram registradas no ano de 2001, no estado do Pará, 53.450 matrículas em cursos de graduação presenciais, sendo 34.271 em IES públicas e 19.179 em IES privadas, correspondendo a 64,11% e 35,88% respectivamente do total de matrículas registradas. Em relação ao número de cursos de graduação presenciais, o censo do ano 2001 registrou 286 cursos de graduação presenciais, sendo 219 ofertados em IES públicas e 67 em IES privadas; 254 desses cursos são ofertados em universidades, 6 em faculdades integradas e 26 cursos em estabelecimentos de ensino isolados (faculdades, escolas e institutos).

#### **3.1. Instituições de ensino superior segundo categoria administrativa**

##### 3.1.1. Instituições de ensino superior na década de 90

No município de Belém, até o final da década de 90, o ensino superior foi ofertado por três Universidades, duas públicas e uma privada (Universidade Federal do Pará-UFPA, Universidade do Estado do Pará -UEPA e Universidade da Amazônia - UNAMA) e duas Faculdades isoladas, uma pública e uma privada (Faculdade de Ciências Agrárias do Pará-FCAP e Centro de Estudos Superiores do Pará CESUPA). A única instituição criada nessa década foi o CESUPA, que recentemente tornou-se centro universitário.

##### 3.1.2. Instituições de ensino superior no ano de 2000 e 2001

Em relação à região Norte, onde o estudo se desenvolve foram identificadas 61 instituições de ensino superior, sendo 41 localizadas na capital e 20 no interior dos estados. A maioria das IES é privada, 49, o que corresponde a 80,32% do total, dado que precisa ser entretanto confrontado com os números relativos a vagas ofertadas e matrículas registradas na esfera pública e privada.

No estado do Pará, no ano de 2001 foram registradas 10 IES, sendo 7 localizadas na capital e 3 no interior do estado. Do total identificado, 3 são IES públicas (sendo duas federais e uma estadual): Universidade Federal do Pará, Universidade do Estado do Pará e



Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, com sede em Belém, que oferecem cursos fora da sede. Na capital, Belém, foram identificadas além das instituições públicas já mencionadas, que possuem sede em Belém, 4 IES privadas, sendo todas particulares: Universidade da Amazônia - UNAMA, Centro de Ensino Superior – CESUPA, Instituto Superior de Educação da Amazônia – IESAM e Faculdade Ideal - FACI. A única IES classificada como comunitária/confessional ou filantrópica está localizada no interior do estado.

### **3.2. Tipos de cursos ofertados**

#### 3.2.1. Oferta de cursos de graduação na década de 90

- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP

Instituição Federal de Ensino Superior, ofereceu na década vagas em três cursos: Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária, não havendo criação de novos cursos. A instituição manteve a sua oferta restrita à capital, ao contrário das demais IES públicas que durante a década ampliaram a oferta no interior do estado, apesar da carência de profissionais na área em todo o estado.

- Centro de Ensino Superior do Estado do Pará – CESUPA

O crescimento acentuado da instituição (conforme pode ser evidenciado quando observado a expansão da matrícula), reflete o processo interno da instituição que vem se consolidando na faixa do ensino privado superior com a oferta de seis novos cursos: Administração Ciências Gerenciais, Administração Comércio Exterior, Bacharelado em Ciências da Computação, Ciências Contábeis – Informática, Direito e Odontologia .

- Universidade da Amazônia

Os novos cursos ofertados na década : Administração Comércio Exterior, Ciência da Computação, Fonaudiologia, Secretaria Executiva Bilingue.

- Universidade do Estado do Pará

Durante a década observamos a oferta de novos cursos que ainda não tinham existiam em todo o Estado do Pará: Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, Desenho Industrial, Tecnologia Agroindustrial e Educação Artística – Música (bacharelado), sendo priorizada a área tecnológica, cuja oferta de cursos que ainda não tinha sido priorizada pela instituição.

- Universidade Federal do Pará

A instituição ofereceu na década 43 cursos de graduação em nível de bacharelado e licenciatura. Três cursos deixaram de ser oferecidos, apesar de ainda serem registradas matrículas nesses cursos, de alunos remanescentes: Licenciatura em

Ciências (1º Grau), Tecnólogo em Processamento de Dados e Teologia. Durante a década a instituição manteve os cursos tradicionalmente ofertados, como reflexo da política governamental que restringiu o orçamento para as IES públicas federais.

### 3.2.2. Oferta de cursos de graduação nos anos de 2000 e 2001

Nos anos de 2000 e 2001, teve início a oferta de novos cursos de graduação por duas Faculdades isoladas privadas: Faculdade Ideal – FACI e Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM, credenciadas pelo MEC a partir desse ano. Os cursos do IESAM inicialmente ofertados foram Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração – Gestão Ambiental e Administração – Sistemas de Informação. Na FACI, os cursos ofertados foram: Administração – Bacharelado, Administração - Gestão e Marketing, Administração – Empreendedorismo, Administração – Sistema de Informações. Há desta forma uma maior incidência de cursos de Administração, predominando cursos da área das Humanidades, o que indica que a expansão da oferta pelo setor privado, tem ocorrido via de regra nessa área. Essa maior incidência pode ser explicada face à exigência de recursos que em geral demanda a implantação de cursos das chamadas ciências tecnológicas. A única universidade privada – a UNAMA, iniciou no período a oferta do curso de Fisioterapia, curso que já vinha sendo ofertado pela UEPA.

Nas instituições de ensino superior públicas, verifica-se oferta de novos cursos de graduação como Oceanografia, Engenharia de Alimentos, Engenharia da Computação (na UFPA), Engenharia de Pesca e Zootecnia (FCAP), cursos predominantemente voltados para área tecnológica, criados para atendimento à demandas do setor produtivo e que não vinha sendo ofertado por nenhuma IES no estado do Pará.

## **3.3. Matrículas Efetivadas**

### 3.3.1 – Expansão da matrícula na década de 90

Segundo dados extraídos a partir das informações fornecidas pelas instituições podemos constatar na década um movimento de expansão em relação à ampliação das vagas oferecidas pelas IES em Belém. Essa ampliação, decorre de um movimento interno no âmbito das IES já existentes, verificando-se apenas a criação de uma instituição – o CESUPA (IES privada) conforme já mencionado.

A matrícula no ensino superior no município de Belém, manteve-se ao longo da década, predominantemente no setor público. Tomando como referência a evolução da matrícula na década (Tabela 1), podemos constatar que em 1990 as IES públicas

respondiam por 65,58% do total de matrículas existentes; nesse mesmo ano as IES privadas respondiam por 27,49% dessas matrículas, caracterizando o predomínio das públicas. Já em 1999 as IES públicas responderam por 64,28% do total de matrículas e as IES privadas 39,97%, o que indica uma tendência à expansão no setor das IES privadas, com retração da expansão nas IES públicas. Essa tendência pode ser explicada pela crescente redução de vagas para as IES públicas, em conformidade com as políticas públicas federais para esse setor. É possível também observar, que a única universidade particular – UNAMA, mantém-se na Segunda colocação, com 35,56%, atrás apenas da UFPA. Em relação à expansão percentual de matrícula no período estudado, destaca-se o crescimento do CESUPA (Tabela 2), instituição criada durante a década.

### 3.3.2 Expansão da matrícula nos anos de 2000 e 2001

#### a) Matrículas efetivadas no ano de 2000

Em relação à capital, Belém, onde o estudo aqui apresentado se desenvolve, observamos a seguinte situação: as matrículas na capital, correspondem a 74,89% do total registrado no estado do Pará, sendo registradas 20.736 matrículas em instituições de ensino superior públicas e 14.045 matrículas em instituições de ensino superior privadas. Esses dados indicam ainda a predominância 59,61% das matrículas em instituições de ensino superior públicas em Belém. O percentual relativo às matrículas em IES privadas corresponde a 40,38%.

#### b) Matrículas efetivadas no ano de 2001

Das 53.450 matrículas registradas no estado do Pará, 39.462 foram em Belém, assim distribuídas: 23.484 em IES públicas, e 15.978 em IES privadas, correspondendo a 59,51% e 40,48% do total registrado nessa cidade, o que indica ainda um predomínio das matrículas no âmbito da esfera pública, revelando uma pequena ascensão das matrículas efetivadas pelo setor privado se comparadas ao ano anterior .

As matrículas registradas pelas IES públicas federais (UFPA e FCAP) foram 19.373 e na UEPA, IES pública estadual 4.111 matrículas. No âmbito das IES privadas, essas estão distribuídas: 12.454 matrículas efetivadas na única universidade particular, no caso a UNAMA, e 3.534 matrículas em estabelecimentos de ensino isolados ( Faculdades, escolas e institutos) no caso o CESUPA, IESAM e FACI. A evolução desse fenômeno segundo a categoria público e privada pode ser melhor observada no gráfico 2 (em anexo)

### **3.4 -Oferta de vagas**

#### 3.4.1. Oferta de vagas no ensino superior em Belém na década de 90

As instituições de ensino superior públicas (UFPA, UEPA e FCAP) mantiveram uma relativa estabilidade na oferta, à exceção dos últimos anos da década, no caso específico 1998 e 1999 (Tabela 3 e Gráfico 1). A retração inicial pode ser explicada pela restrição orçamentária que atingiu as IES públicas; a pequena alteração observada nos últimos anos, pode ser explicada nos caso das IES públicas federais pelas novas exigências no que diz respeito à concessão de recursos pelo MEC em função do número de vagas oferecidas anualmente pelas instituições. No caso da UEPA, o aumento de vagas resulta da oferta de novos cursos da área tecnológica: Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, Desenho Industrial e Tecnologia Agroindustrial.

#### 3.4.2. Oferta de vagas no ensino superior em Belém nos anos de 2000 e 2001

Adotamos como referência os dados fornecidos pela Sinopse Estatística da Educação Superior (MEC/INEP) relativos aos anos de 2000 e 2001. Esses dados não discriminam as vagas na capital e no interior, e incluem vagas ofertadas por concurso vestibular e outros processos seletivos, estando assim identificados:

No ano de 2000 algumas evidências merecem destaque, tais como:

- no estado do Pará, foram ofertadas 15.372 vagas em cursos de graduação presenciais, sendo que 8.887 vagas (57,81%) pertencem à iniciativa pública e 6.485(43,61%) à iniciativa privada.
- em se tratando de cursos seqüenciais, de formação específica, destacamos os seguintes dados: na região Norte foram oferecidas 600 vagas, todas elas ofertadas pela iniciativa privada, no estado do Pará, no caso pela UNAMA.

Em relação ao ano de 2001 observa-se ainda uma predominância das vagas ofertadas em IES públicas, onde alguns aspectos se destacam:

- No estado do Pará foram ofertadas 14.256 vagas em cursos de graduação presenciais ofertadas, das quais 8.325 em IES públicas (federal e estadual) e 5.931 vagas ofertadas em IES privadas; os percentuais relativos à oferta pública corresponde à 58,39%, o que indica ainda uma predominância desse setor da esfera pública. As vagas ofertadas no âmbito do setor privado correspondem à 41,60% do total registrado, o que revela uma tendência de ampliação desse setor, o que pode ser evidenciado pelo surgimento de novas IES privadas.
- Tanto nas IES públicas quanto nas privadas observa-se uma tendência ao não preenchimento das vagas ofertadas nos processos seletivos, com maior incidência nas IES públicas, o que indica a necessidade de repensar o processo

seletivo que essas instituições desenvolvem: nas IES públicas 69.901 candidatos se inscreveram, com 12.245 ingressos, não havendo o preenchimento de 2011 vagas. Em relação às vagas ofertadas pelas IES privadas 20.802 candidatos se inscreveram, sendo preenchidas 5.819 vagas, deixando de ser preenchidas 112 vagas;

- Há uma ampliação da oferta de cursos seqüenciais em relação ao ano anterior; foram ofertadas 1.310 vagas , na UNAMA, das quais 1.263 foram preenchidas, nos nove cursos oferecidos pela instituição, o que indica um crescimento de 118,33%.

#### **4. Considerações Conclusivas**

Os resultados preliminares do estudo apontam que a expansão do ensino superior não é, necessariamente, um fenômeno local. Como parte de uma política que vem sendo implementada em âmbito nacional é evidente sua ocorrência nas demais partes do país, embora, em cada uma, com diferenciações de tempo e lugar.

O estudo desenvolvido nos levou a afirmar ainda que, no município de Belém, essa expansão, tanto da oferta como da matrícula, acentuou-se a partir do ano de 1995 e, mesmo ocorrendo nas instituições públicas e privadas, destaca-se, entretanto, o crescimento majoritário do setor privado através da criação de estabelecimentos isolados, principalmente nos anos de 2000 e 2001.

Constatamos, também, que embora as instituições públicas, juntas, possuam o maior número de alunos matriculados no período analisado, se a expansão do ensino superior continuar, com a mesma tendência atual de crescimento acentuado do setor privado é possível que ocorra uma mudança significativa na relação entre público e privado, a exemplo do que já ocorre nas regiões sul e sudeste do país.

Concluimos que tal crescimento é resultado da política implementada pelo governo federal para a educação superior. É possível afirmar, no entanto, que a grande desigualdade existente no sistema nacional de ensino superior brasileiro consiste na

reduzida oferta desse nível de escolaridade à população em instituições de ensino superior públicas.

Essa política de expansão segue as diretrizes do Banco Mundial, que defende a abertura total desse nível de ensino para o mercado. Dessa forma, além de utilizar inúmeros artifícios para não expandir a oferta da educação superior em instituições públicas a política governamental tem, ao mesmo tempo, favorecido/estimulado o crescimento das privadas favorecendo a mercantilização desse nível de ensino. Por outro lado, a política educacional desenvolvida no país por sucessivos governos favoreceu o desmonte da educação pública através da implementação de várias ações que resultaram a falta de qualidade do ensino desenvolvido nas escolas públicas de ensino fundamental e médio o que vem contribuindo para aumentar significativamente a exclusão da maioria da população do acesso ao ensino superior.

Compreendemos que a expansão do ensino superior é extremamente necessária e urgente, pois existe uma grande demanda populacional que ainda não pôde ter acesso a esse nível de escolaridade. Sendo o Brasil uma das maiores economias do mundo em Produto Interno Bruto, é possível e necessário que tal expansão seja feita fundamentalmente através da ampliação das instituições públicas para que possamos garantir uma educação inclusiva a toda a população que tiver direito a esse nível de escolaridade.

Considerando que a média das despesas educacionais públicas com o ensino superior nos diversos países do mundo é de aproximadamente 1% do PIB e o gasto público com Ciência e Tecnologia é da ordem de 1% do PIB (HELENE, MATSUSHIGUE, 2002), o governo necessita urgentemente aplicar esse mesmo percentual no Brasil para que possa ser viável a expansão do ensino superior público ao nível desejável e necessário para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil. Em suma, a expansão da educação superior pública depende da opção política do governo brasileiro.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, Nelson Cardoso.(1999). Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior. In: TRINDADE, Hélió. (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes.

BOBBIO, Norberto. (1990). **Estado, governo, sociedade**. Por uma teoria geral da política. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra.

BRAGA, Ronald, TRAMONTIN, Raulino. (1991). Exame dos instrumentos que regulam a expansão do ensino superior e sua adequação às necessidades exigidas pela moderna tecnologia. **Educação Brasileira**, Brasília, v.13, n.26, p.53-70.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001.

CUNHA, Luís Antônio. (1985). A educação nas constituições brasileiras: análise e propostas. **Revista Educação e Sociedade**. n.22, set/dez.

\_\_\_\_\_. (1986). **A Universidade temporã: o ensino da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

\_\_\_\_\_. (1989.a). **Qual universidade?**. São Paulo: Cortez/Autores associados,. (Coleção polêmicas de nosso tempo, n.31).

\_\_\_\_\_. (org.) (1989.b). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

\_\_\_\_\_. (1999). O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento?. In: TRINDADE, Hégio. (org.) **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Vozes.

DINIZ, Cristovam Wanderley Picanço, GUERRA, Renato Borges. (2000). **Assimetrias da Educação Superior Brasileira: vários brasis e suas conseqüências**. Belém, Pará: EDUFPA.

DOURADO, Luiz Fernandes. (1997). **Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público**. Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado, UFRJ).

\_\_\_\_\_. (2001). **A interiorização do ensino superior e a privatização do público.** Goiânia: UFG.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (org.) (1989). **A Universidade em questão.** São Paulo: Cortez/Autores Associados.

\_\_\_\_\_. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada:** Atcon e Meira Mattos.(1991). São Paulo: Cortez/ Autores Associados.

FONSECA, Dirce Mendes da.(1992). **O Pensamento privatista em educação.** Campinas, S.P.: Papirus.

HELENE, Otaviano, MATSUSHIGUE, Lighia B. Horodynski. Quanto custa uma boa universidade pública? **ANAIS** da 26ª Reunião Anual da ANPED, set/2002.

MARTINS, Carlos Benedito.(1988). **Ensino pago: um retrato sem retoques.** S.P. : Cortez.

\_\_\_\_\_. (1991). O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos anos 80. In: **Cadernos CEDES.** v. 25 Campinas, S.P.: Papirus.

\_\_\_\_\_. O Ensino Superior privado no Distrito Federal. In: **Cadernos de Pesquisa** (102).São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov-1997.

MENEGHEL, Stela Maria. A crise da Universidade Moderna no Brasil. **ANAIS** da 26ª Reunião Anual da ANPED, set/2002.

Ministério da Educação e Cultura. (2001). **Os números do Censo do Ensino Superior de 2001.** Brasília, DF: INEP, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar.(1993). **Universidade, fundação e autoritarismo.** O caso da UFScar. São Paulo: Estação Liberdade, São Carlos/UFScar.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar.(1999). **Novas Faces da Educação Superior no Brasil:** Reforma no Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF.

TRINDADE, Hégio (org.) (1999). **Universidade em ruínas na república dos professores.** Petrópolis: Vozes.



## TABELAS

**Tabela - 1 : Alunos matriculados no Ensino Superior em Belém do Pará, por IES, no período de 1990 a 1999.**

ANOS	Instituições										TOTAL
	UFPA	%	FCAP	%	UEPA	%	UNAMA	%	CESUP A/ SESAM	%	
1990	13.022	48,55	1.059	3,95	3.508	13,08	9.055	26,82	180	0,67	33,75
1991	12.967	48,30	1.006	3,75	3.837	14,29	8.795	26,84	242	0,90	32,75
1992	14.124	51,34	873	3,17	3.963	14,40	8.114	27,51	439	1,59	29,49
1993	15.766	56,08	950	3,38	3.888	13,83	7.033	28,11	478	1,70	25,01

<b>1994</b>	18.634	<b>58,90</b>	1.021	<b>3,28</b>	3.901	<b>12,3</b>	7.532	<b>31,6</b>	546	<b>1,72</b>	<b>23,80</b>
						<b>3</b>		<b>3</b>			
<b>1995</b>	16.025	<b>54,01</b>	1.078	<b>3,62</b>	3.915	<b>13,1</b>	8.007	<b>29,7</b>	744	<b>2,49</b>	<b>26,89</b>
						<b>5</b>		<b>6</b>			
<b>1996</b>	15.284	<b>51,51</b>	1.281	<b>4,32</b>	3.862	<b>13,0</b>	8.409	<b>29,6</b>	833	<b>2,80</b>	<b>28,34</b>
						<b>2</b>		<b>6</b>			
<b>1997</b>	14.514	<b>47,90</b>	1.223	<b>4,04</b>	3.827	<b>12,6</b>	9.787	<b>30,3</b>	952	<b>3,14</b>	<b>32,29</b>
						<b>3</b>		<b>0</b>			
<b>1998</b>	14.727	<b>46,98</b>	1.220	<b>3,89</b>	3.869	<b>12,3</b>	10.407	<b>31,3</b>	1.124	<b>3,58</b>	<b>33,19</b>
						<b>4</b>		<b>5</b>			
<b>1999</b>	17.531	<b>49,29</b>	1.458	<b>4,10</b>	3.873	<b>10,8</b>	11.132	<b>35,5</b>	1.572	<b>4,41</b>	<b>31,29</b>
						<b>9</b>		<b>6</b>			

Fonte: Secretarias de Assuntos Acadêmicos das Instituições de Ensino Superior de Belém do Pará.

**Tabela – 2: Expansão da matrícula no Ensino Superior em Belém do Pará, por IES, no período de 1990 a 1999 – em %**

<b>ANOS</b>	<b>Instituições</b>					
	<b>UFPA</b>	<b>FCAP</b>	<b>UEPA</b>	<b>UNAMA</b>	<b>CESUPA / SESAM</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1990/99</b>	34.63	37.68	10.40	22,94	773,33	32,59

Fonte: Secretarias de Assuntos Acadêmicos das Instituições.

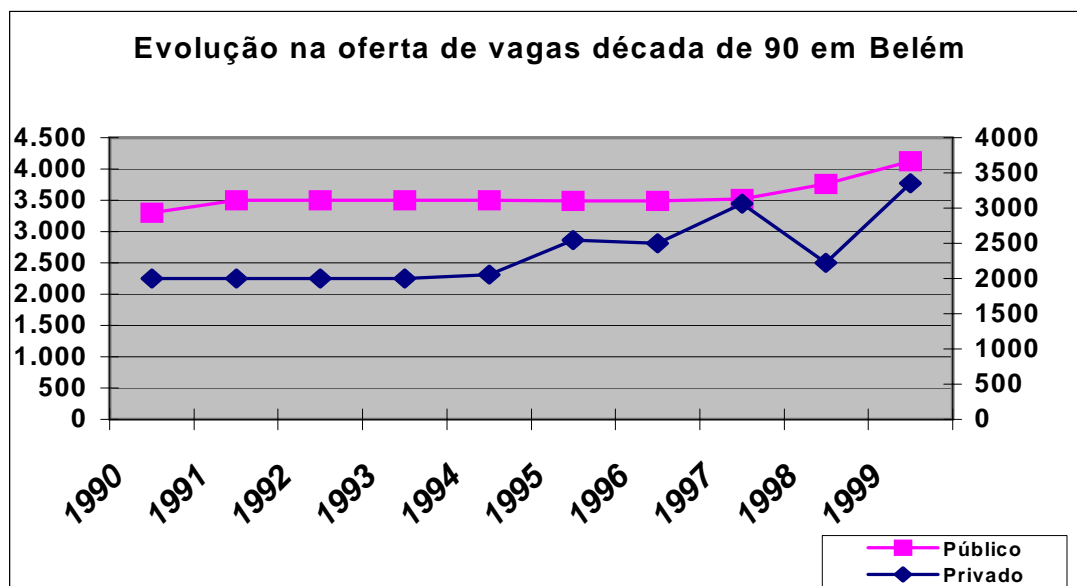
**Tabela 3: Oferta de vagas no Ensino Superior em Belém, por IES, no período de 1990 a 1999.**

<b>ANOS</b>	<b>UFPA</b>	<b>FCAP</b>	<b>UEPA</b>	<b>UNAMA</b>	<b>CESUPA</b>
1990	2.470	200	630	1820	180
1991	2.670	200	630	1820	180
1992	2.670	200	630	1820	180
1993	2.670	200	630	1820	180
1994	2.670	200	630	1875	180
1995	2.660	200	630	1930	320
1996	2.660	200	630	2180	320
1997	2.660	200	660	2710	355
1998	2.660	200	900	1665	555

1999	2.760	300	1060	2665	690
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26.550</b>	<b>2.100</b>	<b>7.030</b>	<b>20.305</b>	<b>3.140</b>

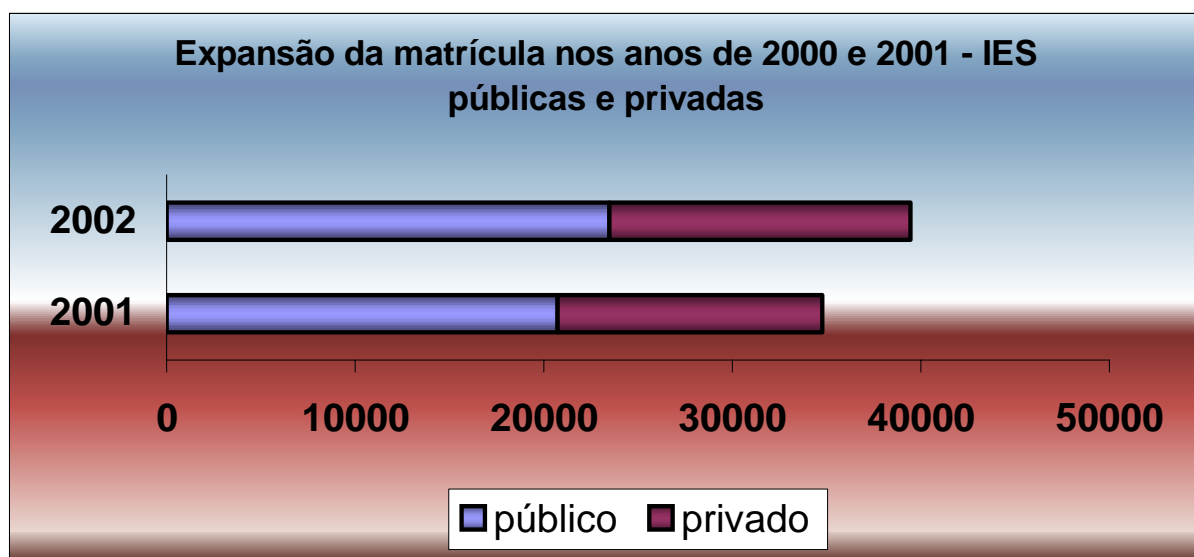
Fonte: Secretarias Acadêmicas das Instituições de Ensino Superior

### GRÁFICO 1



Fonte: Secretarias Acadêmicas das Instituições de Ensino Superior de Belém

GRÁFICO 2



Fonte: Sinopse estatística da educação superior – 2000/2001 MEC/INEP